

renováveis, mas produziu apenas 416.000 toneladas de pescado na aquicultura, dos quais, 316.000 toneladas foram oriundas da piscicultura. “Além disso, foi informado ao Ministro, que há muito o Brasil vem se destacando como maior importador de pescado da América Latina, tendo uma participação medíocre, apenas 0,32% na produção mundial desse setor”, relata. Como consequência dessa reunião, em 29 de Julho, o Presidente Lula, envia uma Medida Provisória ao Congresso Nacional, criando o MPA, a qual encontrou pesadas resistências do Congresso e terminou sendo substituída por um Projeto de Lei com regime de urgência.

**Outras delongas vieram.** Por ocasião de outra audiência com o Ministro Carvalho, mais uma vez foi apresentada uma posição contrária aos rumos dado pela SEAP à aquicultura e pesca nacional. “Inclusive, foi ressaltado de forma bastante enfática, que não interessava ao setor ter a pasta incorporada ao Ministério do Meio Ambiente, como previa o Projeto de Lei que criava o MPA, enviado ao Congresso Nacional”, lembra. Na audiência realizada pela Comissão Especial criada pela Câmara dos Deputados para analisar a proposta do Governo, na Comissão da Agricultura da Câmara dos Deputados, Itamar Rocha, em representação da ABCC, disse claramente que não interessava ao setor pesqueiro sair do controle da Presidência da República para ser colocado sob o controle do Ministério do Meio Ambiente, conforme havia sido proposto pelo Planalto e defendido pelo Relator, do Projeto de Lei, Deputado José Airton Cirilo (PT/Ceará). “Muitos Deputados questionaram essa posição, mas em defesa das reais necessidades do setor, mantive coerência e ao longo do processo, como coordenador da resistência do setor pesqueiro, fortaleceu minhas posições”, recorda Rocha.

O resultado veio primeiro com a aprovação no texto negociado com o Governo, referida Comissão e posteriormente com a confirmação da sua aprovação pelo Senado Federal e, após 11 meses e 21 dias, em 29 de julho de 2009 (Dia do Pescador), o Presidente Lula sancionou o Projeto de Lei, criando o MPA, juntamente com a Lei de Aquicultura e Pesca outro importante instrumento de política pública que desde 1992 se arrastava no Congresso Nacional. No entanto, de acordo com Rocha, o grande gargalo para o aumento da produção de pescado pelo Brasil, é sem dúvida, as dificuldades impostas pelos Órgãos Am-

bientais Estaduais para a concessão de Licenças Ambientais. Aliás, para ele, esse é um direito dos produtores que “por pura desobediência cívica, ideologização ou incompetência, os Estados, vem se omitindo de exercer seu constitucional papel de ordenador do desenvolvimento aquícola nacional, atravancando o desenvolvimento de um setor estratégico para o fortalecimento da sócio/economia rural de importantes regiões brasileiras”.

**Muito mais que assinaturas.** Para Rocha o País não precisa de mais leis, mas apenas cumprir as que já existem e dispensar uma priorização política para o desenvolvimento do setor. “No Nordeste, por exemplo, contamos com produtores de camarão que não possuem licença, inclusive em vários Estados, especialmente os micros e pequenos produtores”. Ele ainda frisa que o Banco do Nordeste é uma instituição financeira criada pela Lei Federal nº 1649, de capital aberto, tendo mais de 90% do capital sob o controle do Governo Federal para financiar investimentos para pequenos e médios produtores, além da agricultura familiar, setores responsáveis por 82,9% da ocupação de mão de obra do campo na região, mas que não vem financiando o setor aquícola, exatamente pela ausência de Licenciamento Ambiental. “O Banco do Nordeste possuía uma linha verde, dinheiro barato e que acabou e ninguém teve acesso, pois a Licença Ambiental, é condição *sine qua non* para obtenção de financiamentos”, salienta. A seu ver, ninguém está interessado. “O pequeno produtor não se mobiliza para reverter essa absurda situação, porque não precisam pagar pela licença e nem fazer relatórios, ou seja, não há obrigatoriedade de dar satisfação a ninguém. Com isso, o setor fica sem números e sem controle, ou seja, marcando passo. A quem interessa isso? Aos nossos concorrentes evidentemente, afinal de contas o Brasil importou US\$ 1 bilhão de pescado em 2010. Por outro lado, o País está gastando cerca de R\$ 1 bilhão com seguro defesa para os pescadores artesanais, que mesmo assim, não estão satisfeitos, pois o que todos querem é ganhar dinheiro trabalhando e com dignidade. O papel do governo seria criar oportunidades, licenciando e financiando atividades aquícolas, e é importante mencionar que em qualquer outra parte do mundo não há restrições ou mesmo exigências de licenças para aquicultura. Na Ásia, por exemplo, os cerca de três milhões de aquicultores não precisam ou

possuem licença ambiental”. E, alerta que a Ásia já responde por cerca de 90% da produção mundial de aquicultura, enquanto o Brasil, com todo o seu imenso potencial, que segundo ele, pela incompetência e miopia política, se mantém à margem desse importante processo. “Somos guardiões de tudo que tem de mais sagrado para a produção aquícola, que é o clima, terras abundantes, espécies desejáveis e infraestrutura básica. Os asiáticos morrem de inveja desses predicados, poderíamos produzir muito, mas tanto a alienação da sociedade como a miopia e incompetência dos governos, estão empatando o crescimento desse estratégico setor e como consequência, contribuindo para o aumento do êxodo rural”.

Rocha compara essa situação com a da China, onde todos devem trabalhar para que haja organização e crescimento. “Como é que se organiza bilhões de pessoas, para não aumentar o crime? Todos tem que trabalhar, é através do trabalho que há obediência cívica e organização social. Os exemplos da China e da Índia deveriam ser seguidos pelo Brasil. Por isso a China e a Índia são as grandes potências que ultrapassarão os Estados Unidos e a Europa em curto prazo, exatamente pela valorização do trabalho, especialmente o rural”, compartilha.

“Ensine o homem a pescar e ele terá o peixe por um dia, mas ensine ele a criar e ele terá peixe pelo resto de sua vida”. Sob esta ótica, Rocha afirma que a aquicultura nacional não tem em sua cultura a prática de oferecer trabalho. “O Brasil precisa oferecer oportunidades de negócios para que não haja o êxodo rural. Meu projeto para o governo é a disponibilização de um hectare de camarão e ou peixe para cada família de pescador artesanal, com a finalidade de trazer e manter estes produtores no campo. Mas até o presente, não temos tido sucesso”, salienta. Para entender a abrangência desta proposta, Rocha ressalta que somente o Estado do Maranhão possui 750 mil hectares de áreas apropriadas para a carcinicultura, enquanto a Bahia possui 100 mil hectares, mas ambos não liberam nenhuma Licença Ambiental, nem sequer para um hectare. “Enquanto isso, o Equador, com uma costa igual a do Estado do Ceará, explora 180 mil hectares e o Vietnã, cuja área total é de apenas 320 mil km<sup>2</sup>, explora 850 mil hectares com fazendas de camarão. O porquê disso? Novamente, falta de vontade política e irresponsabilidade cívica”. Rocha lamenta e diz que recente-